

## COLUNA DO CASTELLO ■ MARCELO PONTES

# Congresso se rebela contra MPs

O principal saldo de dez dias de trabalho do novo Congresso é a posição muito bem marcada contra o uso excessivo de medidas provisórias por parte do Poder Executivo. É um sinal de que o Congresso acordou para o exercício de suas prerrogativas.

Hoje se faz medida provisória para tudo — para virar de cabeça para baixo a economia, ou simplesmente para fixar o teor de tudo no sal. Qualquer burocrata de terceiro escalão, quando pensa na ideia de produzir normas, pensa logo na preparação de uma medida provisória.

Chega-se ao requinte de incluir na reedição de uma medida provisória um assunto totalmente diferente do que foi tratado na medida anterior. O senador Roberto Requião descobriu um caso desses. A MP 891, reedição da MP 830, que implode o Conselho Federal de Educação, substituindo-o pe-

lo Conselho Nacional de Educação, incorporou os atos praticados pela MP 829, que autoriza a abertura de crédito extraordinário para o Ministério dos Transportes. Como a única relação que existe entre Educação e Transportes são os ônibus escolares, a tal medida provisória quase foi rejeitada na comissão de deputados e senadores que a examina, sob a presidência do deputado Paes Landim. Optou-se pela convocação do ministro da Educação para prestar informações à comissão, no dia 7 de março, às 10h.

Este exemplo mostra também como o Congresso está se mobilizando, se armando para enfrentar o uso excessivo de medidas provisórias. Uma indicação de que a atual representação parlamentar chegou disposta a enfrentar esse problema foi o apelo feito ao presidente Fernando Henrique Cardoso pelos novos presidentes da Câmara e do Senado, Luís Eduardo Magalhães e José Sarney, para que contenha o ímpeto de uso das medidas provisórias.

O presidente Fernando Henrique sentiu como a questão é delicada, e não só prometeu ser mais parcimonioso como mandou preparar um ato interno de governo, fixando critérios mais rígidos para se recorrer às medidas provisórias.

Fernando Henrique acha que a raiz da discussão sobre as medidas provisórias é a eficiência do Congresso. O Executivo usa MPs porque o Con-

gresso não vota leis, ou é lento demais na hora de tomar decisões.

O presidente do Senado, José Sarney, que na Presidência da República foi o primeiro a recorrer às MPs — e cada um dos presidentes seguintes dobrou a produção do outro —, reconhece que hoje, sem esse instrumento, o presidente não governa. Aí é que está, também para Sarney, o principal problema institucional brasileiro. Criou-se um Congresso desnecessário. O presidente da República legisla por ele.

A Constituição de 1988 deu ao Congresso poderes que ele não consegue exercer e ao Executivo a capacidade de governar ignorando o Legislativo. Uma Constituição preparada para o parlamentarismo desabou no colo de um sistema presidencialista tradicional.

### Remédios para o Senado

Uma das novas razões para Sarney não esquecer jamais nas suas viagens a sua bolsinha de couro entupida de vitaminas e de remédios para controlar a pressão é a caixa-preta dos problemas administrativos do Senado Federal.

Não se sabe hoje ao certo quantos funcionários tem o Senado, e por onde eles andam. Os senadores se recusaram a adotar o controle de ponto usado na Câmara. Em outra ponta, os senadores se ressentem da falta de pessoal qualificado para

assessorá-los. É nessa hora, em que o Congresso toma consciência da importância do papel que tem a desempenhar na fiscalização de um Poder Executivo cada vez mais dinâmico, que surge a questão de mais difícil trato no Senado e na Câmara: não se pode discutir a eficiência do Congresso sem olhar para o monumental cabide de emprego em que se transformou o Poder Legislativo. Ainda agora há senadores empregando parentes em seus gabinetes. Um deles empregou a mãe e a mulher com um argumento idiota: "Uma me pariu. A outra dorme comigo todo dia."

Sarney pretende convidar a Fundação Getúlio Vargas, que tem os melhores doutores em administração, para ajudá-lo a encontrar a melhor terapia para os problemas administrativos do Senado.

### "Isso não é sério"

O senador Sarney ficou muito irritado com a maneira como a Petrobrás saiu por aí, pelo Nordeste, levantando as condições para a instalação de uma refinaria. Uma comissão da empresa perguntou à governadora do Maranhão, Roseana Sarney, filha do presidente do Senado, o que ela ofereceria em terreno e incentivos fiscais, para que a refinaria fosse instalada no seu estado. "Como é que uma empresa do porte da Petrobrás prepara um projeto no valor de US\$ 1,5 bilhão e não prevê o terreno onde esse projeto vai ser implantado? Isso não é sério", diz Sarney.